

Na corda bamba de sombrinha: renda do não trabalho e bem-estar das famílias em contextos de choques sistêmicos

André Roncaglia de Carvalho¹
Eloiza Regina Ferreira de Almeida²
Luciana Rosa Souza³
Solange Gonçalves⁴

Resumo

O artigo analisa o impacto da pandemia sobre a desigualdade econômica e sobre a vulnerabilidade das famílias brasileiras à pobreza. A Covid-19 encontrou o país em situação econômica preocupante. A economia brasileira já apresentava crescimento baixo, elevado nível de desemprego e informalidade, famílias endividadas, contas públicas fragilizadas, etc. Os dados da dinâmica do mercado de trabalho no período de isolamento social mostram um aprofundamento das vulnerabilidades daqueles trabalhadores que já eram vulneráveis antes da pandemia. A desigualdade no país tende a se acentuar, seja pelas questões econômicas que vão afetar ainda mais negativamente os mais pobres, seja pelas questões sociais que tenderão a reforçar os mecanismos de desigualdade presentes na sociedade, dado que os mais abastados economicamente conseguirão apoio dos governos

-
- 1 André Roncaglia de Carvalho é docente do departamento de economia da *Universidade Federal de São Paulo* (Unifesp) e pesquisador associado ao *Cebrap*. Tem pesquisas nas áreas de desenvolvimento econômico e desigualdade de renda e riqueza no Brasil.
 - 2 Eloiza Regina Ferreira de Almeida é mestre em economia e desenvolvimento pela *Universidade Federal de São Paulo* (Unifesp) e pesquisadora associada ao *Cebrap*. Tem pesquisas nas áreas de mercado de trabalho, economia regional e diferenciais de gênero.
 - 3 Luciana Rosa Souza é docente do departamento de economia da *Universidade Federal de São Paulo* (Unifesp) e pesquisadora na área de políticas públicas para mitigar a pobreza e desigualdade no Brasil e na América Latina. Pesquisadora associada ao *Cebrap*.
 - 4 Solange Gonçalves é docente do departamento multidisciplinar da *Universidade Federal de São Paulo* (Unifesp) e pesquisadora associada ao *Cebrap*. Doutora pela *Universidade de São Paulo* (usp), com pesquisa nas áreas de dinâmica da pobreza, economia do trabalho e avaliação de políticas públicas.

com mais facilidade. O artigo mostra a importância dos ativos (reais e financeiros) para amortecer o impacto sobre o consumo dos choques sistêmicos.

Palavras-chave: pobreza; ativos; vulnerabilidade; desigualdade; auxílio emergencial

Introdução

A Covid-19 encontrou o país em situação econômica preocupante. Em lenta recuperação da última recessão, a economia apresenta crescimento baixo (média de 1% nos últimos três anos), elevado nível de desemprego e informalidade, famílias endividadas, contas públicas fragilizadas, dentre outros problemas.

A paralisação das atividades que resulta da política de prevenção de sobrecarga do sistema de saúde vem agravar ainda mais a situação de empresas e famílias. Os maiores empregadores do país (micro, pequenas e médias empresas) são incapazes de sustentarem suas folhas de pagamento. As perdas mensais decorrentes do isolamento social são estimadas em cerca de R\$ 54 bilhões de renda dos trabalhadores por conta própria, informais, desempregados e em desalento⁵. Com efeito, a crise tende a agravar a situação material de parcela expressiva da sociedade brasileira.

O Sonho *Smithiano*

Adam Smith defendia que a verdadeira medida da riqueza de uma nação não é o tamanho do tesouro de seu rei ou as posses de poucos ricos, mas o salário dos “trabalhadores pobres”. Para o pai do liberalismo econômico iluminista, o principal papel do mercado era produzir tal riqueza, a ponto de permitir que aquele que “alimenta, veste e produz habitações” para um povo inteiro consiga ele mesmo estar razoavelmente bem alimentado, vestido e alojado.

O Brasil infelizmente nem se aproxima deste sonho *smithiano*. O mercado de trabalho brasileiro não dá conta de oferecer à metade de seus trabalhadores a proteção social contra a loteria do mercado.

O conceito é vergonhosamente intuitivo: pessoas ricas conseguem viver de sua “poupança” acumulada quando lhes falta a renda do trabalho. É um colchão amortecedor para as quedas da atividade econômica da sociedade. Já os pobres

⁵ Brancher et al. (2020). Impactos Econômicos da Crise do COVID-19 e dos Programas de Renda Básica Emergencial. *Nota Técnica do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimento*. São Paulo: CND-FGV.

costumam ter pouca poupança acumulada na forma de “ativos” imóveis, financeiros e mesmo educacionais. Sua rede de proteção em momentos de estresse no mercado de trabalho é o “fiado”, o empréstimo entre parentes e amigos, a caridade alheia ou a penúria simplesmente.

Choques Pandêmicos

O enfrentamento da crise sanitária requer que a economia seja colocada em estado de coma induzido. Isso se traduz em três tipos de choques que afetam as famílias em um mesmo ponto do tempo (ou em momentos distintos), a saber: i) choques de saúde relacionado diretamente à contaminação pelo vírus; ii) choques de desemprego, que levam os indivíduos à desocupação ou à informalidade; iii) choques psicológicos com impactos de duração variada.

Esses choques podem determinar uma queda temporária na renda total do domicílio e podem levar as famílias à pobreza. Métodos cada vez mais sofisticados produziram o consenso acerca da característica dinâmica do fenômeno, em que se nota a existência de propagação dos ciclos de pobreza, bem como de um movimento de saída e entrada de famílias na situação de privação. Estes ciclos são ainda mais comuns em países em desenvolvimento, seja por causa do alto grau de informalidade nos mercados de trabalho urbanos (que por exemplo, no Brasil representa 45,8% do total de ocupados⁶), seja por causa da incidência de choques (de preços, climáticos, entre outros), em áreas rurais.

A convivência com choques e risco de entrada na pobreza determina que todo o conjunto de decisões dos membros de uma família (voltadas à educação, ao mercado de trabalho, formação de uma família) seja distinto. Nesse processo de chegada de um choque estrutural ou idiossincrático, as famílias podem utilizar estratégias para manter o seu nível de bem-estar. A primeira estratégia pode ser a utilização de mão-de-obra adicional, ou seja, no momento em que um membro sofre um choque de saúde ou de desemprego, outros membros podem tentar ofertar mão-de-obra no mercado de trabalho, como, por exemplo, adolescentes que poderiam estar em situação de inatividade e com dedicação exclusiva aos estudos, ou, até mesmo, crianças.

6 Dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNADC/IBGE), considerando a população ocupada entre 18 e 65 anos para o ano de 2019. Para a definição de trabalhador informal, é utilizada a informação sobre a posse de carteira assinada e sobre a contribuição ao INSS, e são excluídos os empregadores.

A segunda estratégia é a utilização do conjunto de ativos físicos ou financeiros pertencentes às famílias, em prol da suavização do consumo ao longo do tempo. O conjunto de ativos de uma família reflete o seu nível de riqueza e é composto por itens domésticos, como televisão ou notebook, veículos (carros ou motos), ou posse de habitação ou terreno. Os ativos financeiros são as aplicações financeiras da família ou a possibilidade de tomada de crédito/empréstimos no mercado financeiro. A posse de alguns desses ativos garante um rendimento estável ao longo de um período, seja pela venda (no caso dos bens físicos) ou pelo retorno dos mesmos (no caso dos bens financeiros), mantendo a família acima da linha de pobreza (ou de pobreza extrema).

A terceira estratégia da família é a utilização de benefícios advindos de políticas públicas ou privadas emergenciais, que possibilitam a obtenção de uma renda permanente ou temporária. O uso desse instrumento depende do tamanho, focalização, acesso e aderência das famílias às políticas.

Outros dois fatores podem também ser determinantes não somente para a entrada, mas também da permanência e da duração da situação de privação da família, a saber: a frequência dos choques que afetam as famílias e o tamanho do choque.

No contexto dos choques relacionados à COVID-19, esses dois fatores são determinados: i) pelo número de membros afetados pela doença - que é diretamente relacionado ao percentual de membros que ainda continuam atuando no mercado de trabalho e fora do isolamento horizontal; e ii) pela gravidade das consequências que esses choques determinam - desemprego, doença psicológica ou morte do chefe da família (usualmente, renda principal do domicílio), ou de algum outro membro em idade ativa da família (membros secundários que colaboram para o orçamento mensal familiar), ou demais membros.

Dessa forma, a depender dos choques e consequências que a COVID-19 venha a ter em uma família, a probabilidade de entrada e de saída da pobreza com retorno ao nível anterior de bem-estar, são afetadas, determinando que famílias que anteriormente eram não-pobres passem a ser pobres transitórias e, outras que eram não-pobres ou pobres transitórias passem a ser pobres crônicas e fiquem por muito tempo e gerações na pobreza.

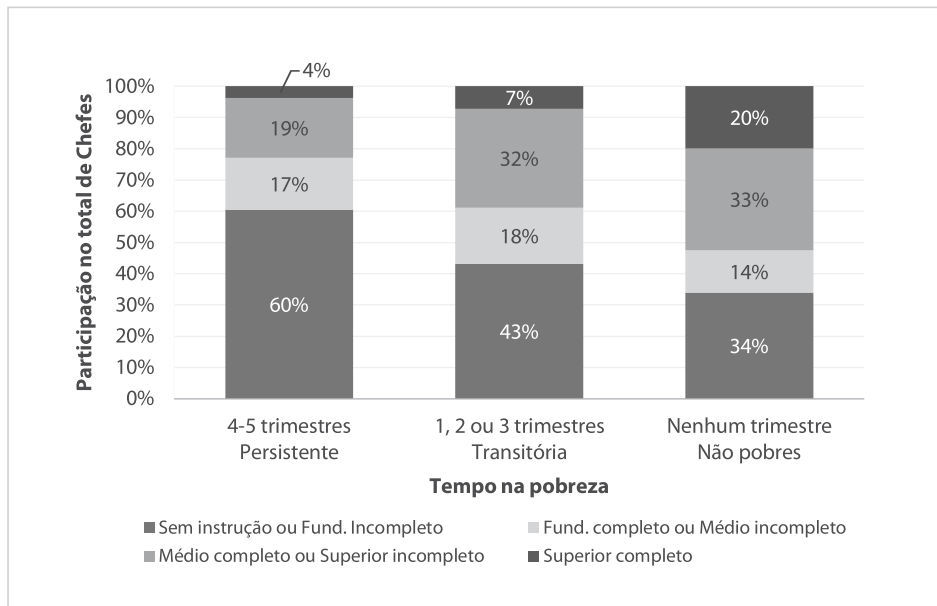
Dinâmica da Pobreza no Brasil

Uma extensa literatura busca realizar a diferenciação demográfica e socioeconômica entre as famílias com pobreza crônica e transitória. Bem como entender quais seriam os choques e fatores associados à entrada, permanência e duração do

período abaixo da linha de pobreza das famílias, além de discutir a necessidade de políticas públicas específicas para cada um dos tipos de pobreza. Na literatura internacional, cabe citar os estudos seminais de Bane e Elwood (1986) e Jalan e Ravallion (1998, 2000). No Brasil, alguns trabalhos já buscaram mensurar o tamanho da pobreza crônica e transitória e estimar as chances de entrada e saída da pobreza: Machado e Ribas (2010), Ribas, Machado e Golgher (2011), Gonçalves (2015) e Gonçalves e Machado (2015).

Com o uso dos microdados longitudinais trimestrais da PNADC (IBGE), para o período entre 2017 e 2018, verificamos que, aproximadamente, 5% das famílias permaneceram na pobreza durante quatro ou cinco trimestres da pesquisa, enquanto 10% das famílias estavam na pobreza em um, dois ou três trimestres, dentre os cinco trimestres em que ocorrem as entrevistas⁷. Dessa forma, 15% das famílias passam por situação de privação em um ou mais pontos do tempo durante o período analisado. Além disso, entre as famílias que permanecem na pobreza durante quatro ou cinco trimestres, 48% são chefiadas por mulheres e 64% são chefiadas por negros ou pardos. Já nas famílias que permanecem em um menor período na pobreza - um, dois ou três trimestres - esses percentuais são de 41% e 56%, respectivamente. Com relação à escolaridade dos chefes de família, a Figura 1, abaixo, também demonstra a heterogeneidade existente entre as famílias pobres, com base no tempo em que ficam em situação de privação.

7 Foi utilizada a amostra de famílias da PNADC (IBGE), de 2017 e 2018, que permaneceram na pesquisa durante cinco trimestres. Cálculos realizados utilizando para a definição de pobreza e extrema pobreza os critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, de renda domiciliar per capita inferior a R\$85,00 e R\$89,00, para extrema pobreza, e R\$170,00 e R\$178,00, para pobreza, nos períodos: primeiro trimestre de 2017 a segundo trimestre de 2018; e terceiro trimestre de 2018 a quarto trimestre de 2018, respectivamente. A renda domiciliar total per capita inclui a renda do trabalho total e a renda do não-trabalho total (renda de programas de transferência - Programa Família e Benefício de Prestação Continuada, renda de aposentadorias e pensões do INSS ou alimentícia, aluguéis, doações e outros programas sociais)

Figura 1: Tempo na pobreza e escolaridade dos chefes⁸

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da PNADC (IBGE).

Os dados da PNAD-C para o primeiro trimestre de 2020⁹, divulgados pelo IBGE indicam os impactos do isolamento social sobre o mercado de trabalho, mostrando que, i) a taxa de desocupação subiu 1,3 ponto percentual em relação ao último trimestre de 2019; ii) houve redução em 2,33 milhões de trabalhadores em atividade *vis à vis* o que foi observado no último trimestre de 2019; iii) 832 mil trabalhadores informais atuando no setor privado deixaram de trabalhar¹⁰; enquanto, iv) 742 mil trabalhadores por conta própria deixaram de trabalhar. Assim, os primeiros dados da dinâmica do mercado de trabalho no período de isolamento social mostram um aprofundamento das vulnerabilidades daqueles trabalhadores que já eram vulneráveis antes da pandemia.

⁸ Amostra de famílias de 2017 e 2018, que permaneceram na pesquisa durante cinco trimestres

⁹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-de-sigualdade-e-pobreza/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=27527&t=destaques>

¹⁰ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/30/O-que-diz-o-primeiro-dado-de-desemprego-na-pandemia>

Efeitos sobre a Desigualdade

Os impactos do COVID-19 em um país fortemente desigual como o Brasil potencializam ainda mais as desigualdades enraizadas na sociedade. Enquanto uma parte pequena da sociedade consegue manter o isolamento social, trabalhando remotamente, a imensa maioria dos cidadãos do país permanece alijada de condições sanitárias mínimas como acesso a rede de esgoto e água potável¹¹. As condições de moradia¹², por exemplo, não permitem o afastamento mínimo que deve ser mantido para evitar a transmissão da doença. O acesso à informação¹³ sobre a doença por parte da população mais vulnerável também é precário, dado que não necessariamente provém de fontes oficiais.

Em cenário de pandemia, a desigualdade no país tende a se acentuar, seja pelas questões econômicas que vão afetar ainda mais negativamente os mais pobres, seja pelas questões sociais que tenderão a reforçar os mecanismos de desigualdade presentes na sociedade, dado que os mais poderosos economicamente conseguirão apoio dos governos com mais facilidade. Ao mesmo tempo, caso a crise pandêmica não promova o questionamento da posse de ativos geradores de renda na sociedade brasileira, qualquer opção política escolhida pelo governo tenderá a reforçar a desigualdade, dado que a mesma se centra fundamentalmente na posse de ativos geradores de renda¹⁴.

O instável equilíbrio orçamentário das famílias de baixa renda

A loteria do mercado constrói e reproduz desigualdades. Esforço e recompensa são articulados sempre sob o olhar cuidadoso do acaso e sob a força da distribuição de heranças e de competências. As dificuldades típicas da ascensão social são amplificadas pelas quedas recorrentes durante a escalada. Ter onde se apoiar durante um escorregão permite um retorno mais rápido. No entanto, para muitas famílias, a realidade é ainda mais áspera. Não se trata de aspirar ao alto, mas de sobreviver. Dia após dia, a “esperança equilibrista” visa não piorar sua situação.

11 “...hoje no Brasil, quase 35 milhões de pessoas vivem sem acesso a água tratada, enquanto 100 milhões não têm esgoto tratado”. Disponível: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-dos-servicos-de-agua-e-esgotos-2018>

12 <https://nacoesunidas.org/campanha-do-onu-habitat-aborda-efeitos-da-pandemia-de-coronavirus-nas-cidades/>

13 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/covid-19-moradores-de-favelas-precisam-de-acoes-de-prevencao>

14 Imóveis, investimentos financeiros, terra, bens de consumo durável etc.

A diferença entre subir a escala social e escapar do abismo da miséria reside na composição e na estabilidade da renda familiar. Com fontes variadas, esta é composta pela soma do rendimento do trabalho de todas as pessoas empregadas em um domicílio (ou família) e do rendimento de todas as outras fontes que não se relacionam diretamente ao trabalho remunerado - chamados *renda do não trabalho*, a saber: a) as aposentadorias e pensões; b) os benefícios de programas de transferência de renda, tais como o *Programa Bolsa Família*, o *Benefício de Prestação Continuada* (BPC) e outros programas de transferência de renda municipais e estaduais; c) o seguro-desemprego; d) as doações recebidas pelas famílias de organismos não governamentais e privados; bem como e) rendimentos advindos de investimentos, aluguéis e bolsas de estudos.

Na estrutura de distribuição e produção de renda no Brasil atual, a renda do não trabalho é parte significativa do total da renda percebida pelas famílias. Mais do que isso, a redução do nível de pobreza e extrema pobreza observada no país até meados de 2013 é diretamente explicada pelo aumento nas transferências governamentais, em especial ao surgimento e expansão, a partir de 2003, do *Programa Bolsa Família* (PBF). Se o valor do benefício básico não supera a linha da extrema pobreza, as famílias podem receber recurso extra no valor exato para suprir este déficit de renda. As famílias pobres com crianças de até 15 anos, adolescentes entre 16 e 17 anos ou gestantes e nutrizes também recebem benefícios variáveis. Além dos recursos monetários oferecidos pelo PBF, estudos indicam benefícios potenciais derivados das condicionalidades de frequência escolar e saúde, que podem ter efeitos para a quebra do ciclo intergeracional de pobreza.

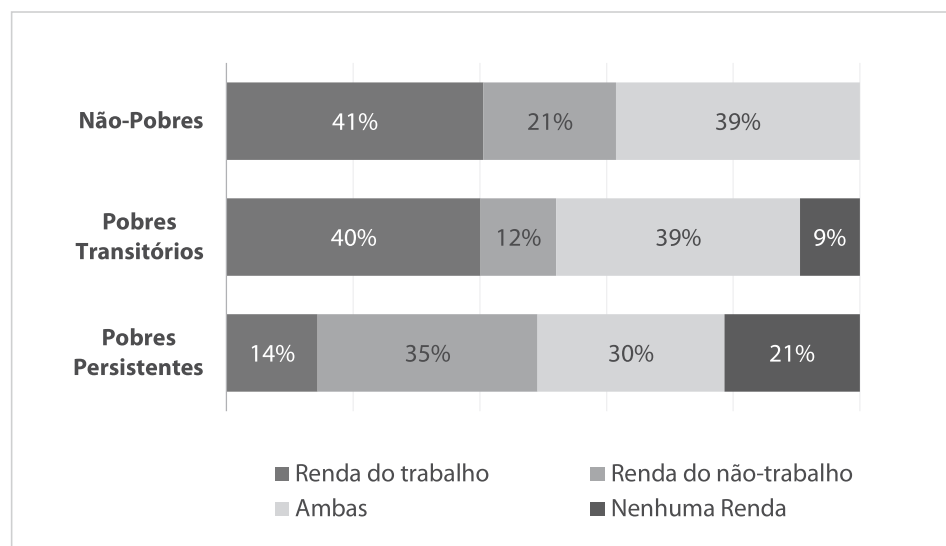
Outra fonte de renda do *não trabalho*, com impacto significativo no percentual de famílias em situação de pobreza no Brasil, principalmente nas áreas rurais, é o *Benefício de Prestação Continuada* (BPC), da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Esse programa garante o benefício de um salário mínimo mensal, reajustado de acordo com as variações do salário mínimo nacional, para pessoas com deficiência e idosos com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e não tenham ajuda familiar.

Sendo assim, essas fontes de renda que não estão relacionadas à atividade laboral mensal dos membros de uma família perfazem uma importante fatia do total da renda domiciliar mensal daquelas mais pobres. Além disso, essas fontes de renda - PBF, BPC, aposentadorias, pensões, e outros programas de transferência municipais e estaduais - apresentam maior estabilidade ao longo do tempo. Isso permite que as famílias suavizem e mantenham o seu nível de consumo e o bem-estar dos seus membros, o que é particularmente importante em momentos

de choques na renda do trabalho de um ou mais membros. Algumas dessas fontes de renda são garantidas aos indivíduos pelo restante do seu ciclo de vida – tais como aposentadorias, BPC e pensões por morte e invalidez.

A Figura 2 foi construída com os dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua) do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) para o período de 2017 a 2019. As famílias foram classificadas entre pobres crônicas e transitórias com base no número de entrevistas em que elas permaneceram na pobreza.¹⁵

Figura 2: Percentual de famílias por tipo de rendimento (2017-19)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNADc 2017-2019.

15 Cálculos realizados conforme os critérios de elegibilidade do *Programa Bolsa Família* para definição de pobreza (renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 170,00 e R\$ 178,00) e extrema pobreza (renda *per capita* inferior a R\$ 85,00 e R\$ 89,00), respectivamente entre o primeiro trimestre de 2017 e o segundo trimestre de 2018; e do terceiro trimestre de 2018 ao quarto trimestre de 2019. Considera a amostra de famílias da PNADc (IBGE), de 2017 a 2019, que permaneceram na pesquisa durante cinco trimestres, identificadas como crônicas aquelas que foram classificadas como pobres por quatro ou cinco trimestres; transitórias aquelas classificadas como pobres por um, dois ou três trimestres e não pobres aquelas que não se classificam como pobres em nenhum dos cinco trimestres.

É evidente a relevância das fontes de renda do *não trabalho*¹⁶ para o orçamento familiar mensal. Somente 14% das famílias cronicamente pobres contam com alguma renda do trabalho, enquanto 35% dessas famílias percebem somente rendimentos do *não trabalho*, e 30% têm ambas as fontes de renda. Impressiona que 21% dessas famílias não possuam qualquer fonte de renda. Já as famílias em pobreza transitória apresentam perfil de renda semelhante ao perfil dos não pobres (ou nunca pobres, dentre os cinco trimestres em que observamos as famílias na PNADc), sendo a diferença o percentual com nenhuma renda (9% das pobres transitórias) e o percentual que conta apenas com a renda do *não trabalho*.

Esses dados permitem refletir sobre a centralidade da renda do *não trabalho*. As famílias em pobreza permanente não sobreviveriam com nível mínimo de bem-estar sem essa fonte de renda. Os pobres transitórios enfrentam situação de privação que é possivelmente determinada pela falta de uma renda mais constante e estável. Choques de mercado de trabalho podem anular a renda do trabalho ou gerar valor insuficiente para se manter fora da pobreza.

Dessa forma, os choques de saúde e de renda provocados pela Covid-19 salientaram as estratégias de sobrevivência das famílias pobres, revelando a importância de políticas de transferência de renda e de assistência e seguridade social. A principal ação pública de alívio para a situação de pobreza das famílias brasileiras ao longo dos da pandemia tem sido o Auxílio Emergencial, tema de variados debates acadêmicos e políticos. De acordo com o Ministério da Cidadania, 95,2% dos beneficiários do PBF receberam até a quinta parcela do Auxílio Emergencial.

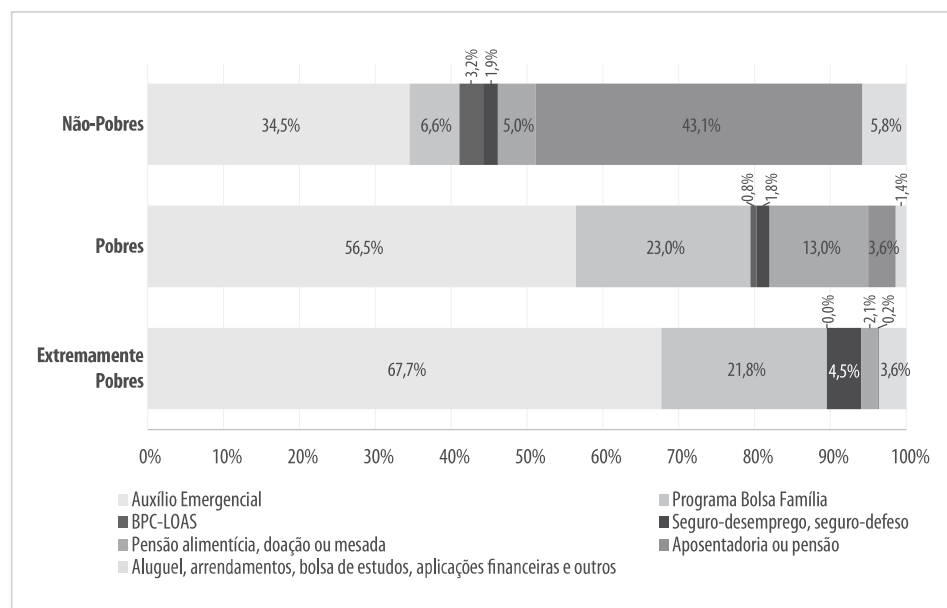
Dados da PNAD-Covid-19 (IBGE) para os meses de maio e junho de 2020 mostram que 72% das famílias extremamente pobres, 79% das famílias pobres e 32% das famílias não pobres¹⁷ apresentavam algum membro beneficiário do Auxílio Emergencial (Figura 3), evidenciando a importância que esse benefício pode ter tido em relação à manutenção do consumo e bem-estar mínimo de um grande número de famílias no Brasil, em especial daquelas que já vivenciavam algum grau de privação e que poderiam passar a uma situação de miséria e insegurança alimentar ainda mais extrema. Desse universo, 13,6 milhões de famílias

16 Para o cálculo da renda do *não trabalho*, são considerados os benefícios do PBF, do BPC e de outros programas sociais do governo; aposentadorias e pensões; rendimentos de seguro-desemprego; doações; rendimentos de aluguel ou arrendamento; e rendimentos como bolsa de estudos, rendimento de caderneta de poupança e aplicações financeiras.

17 Pobreza e extrema pobreza definidas com base no critério de elegibilidade do Programa Bolsa Família e renda do trabalho efetiva.

(95,2%) recebem a quinta parcela do Auxílio Emergencial e 661 mil permanecem recebendo o valor regular do programa.

Figura 3: Percentual de famílias por tipo de beneficiário (maio-junho 2020)¹⁸



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNAD-Covid-19.

Simulações realizadas após a aprovação do Auxílio Emergencial previam uma redução da pobreza em torno de 10 pontos percentuais, assumindo diferentes cenários de perda de emprego¹⁹. Os dados da PNAD-Covid-19 (IBGE) divulgados confirmaram as previsões. Em função da ampla cobertura e do elevado valor do benefício, Duque (2020) estimou uma redução da pobreza de 25% para cerca de 22%, e da pobreza extrema de 5% para 3,5% já no primeiro mês de divulgação da pesquisa.

¹⁸ Pobreza e extrema pobreza definidas com base no critério de elegibilidade do Programa Bolsa Família e renda do trabalho efetiva

¹⁹ Conforme mostram os estudos de Komatsu e Menezes Filho (2020) e de Barbosa e Prates (2020), com simulações dos efeitos partindo dos dados da PNADc e aplicando os critérios de elegibilidade.

Conclusão

Apesar de o Auxílio Emergencial promover uma redução da desigualdade, amenizando o impacto negativo da queda da renda média dos trabalhadores informais e das famílias mais pobres, questionamentos sobre seus efeitos de médio e longo prazo preocupam. A natureza temporária do benefício alerta para o que pode ocorrer após seu término. Segundo Barbosa e Prates (2020), a pobreza pode atingir um quarto da população e a desigualdade pode crescer vertiginosamente para patamares que não víamos desde os anos 1980. Além disso, dois grupos localizados no meio da distribuição de renda podem estar desprotegidos e ter sofrido perdas sem qualquer compensação, indicando uma possível consequência contraintuitiva da desigualdade de renda com a classe média economicamente afetada, tornando-se mais semelhante aos estratos mais pobres (Prates; Barbosa 2020)²⁰.

A pandemia colocou em relevo a aflitiva situação material de dezenas de milhões de pessoas no Brasil. Mostrou também como é relativamente “barato” reduzir a pobreza de forma significativa. O desafio persiste e ganha maior vulto. Conforme a tecnologia vai tornando escassos os bons empregos, um maior contingente populacional tende a depender da renda do não trabalho. Andar “na corda bamba de sombrinha” será uma realidade para cada vez mais pessoas mundo afora. Por isso, é melhor pensarmos em como construir um viaduto para atravessarmos os tempos difíceis que o futuro nos guarda.

Referências bibliográficas

BARBOSA, R. J.; PRATES, I. Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP n. 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da Pandemia. **Notas Técnicas - IPEA**, Mercado de Trabalho, n. 69, julho 2020.

DUQUE, D. **Auxílio Emergencial faz pobreza cair em plena pandemia**. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/auxilio-emergencial-faz-pobreza-cair-em-plena-pandemia>>. Acesso em: 6/10/2020.

²⁰ Trata-se do grupo de indivíduos que transitam constantemente entre a formalidade e a informalidade, entrando e saindo da pobreza e daqueles que não são elegíveis ao Auxílio Emergencial, que em condições usuais não estariam em risco, mas foram duramente atingidos pela desaceleração econômica e/ou por acordos de redução de salários.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) 2017-2019**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2020. Available at: <<http://www.ibge.gov.br>>.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2020. Available at: <<http://www.ibge.gov.br>>.

KOMATSU, B.; MENEZES FILHO, N. Simulações de impactos da Covid-19 e da Renda Básica Emergencial sobre o desemprego, renda, pobreza e desigualdade. **Inspere, Policy Paper**, v. 43, 2020.

PRATES, I.; BARBOSA, R. J. The Impact of Covid-19 in Brazil: Labour Market and Social Protection Responses. **The Indian Journal of Labour Economics**, 2020, pp. 1-5.